



JUSTIÇA

PJ suspeita de relações 'perigosas' entre Câmara e rede de fraude com fundos da UE

Relações entre empresário suspeito de fraude e vice da câmara de Santo Tirso na mira da PJ. Caso estreia nova seção de jornalismo de investigação do JE.

LÍGIA SIMÕES

lsimoes@jornaleconomico.pt

A Polícia Judiciária (PJ) suspeita de uma "relação de promiscuidade" entre o vice-presidente da Câmara de Santo Tirso e um grupo de empresas que alegadamente se dedicava à obtenção fraudulenta de subsídios comunitários, cujo valor ascende a perto de três milhões de euros. O principal suspeito da alegada associação criminosa, que foi desarticulada nesta quarta-feira 12 de dezembro, realizava, através das suas empresas, fornecimentos de diferentes tipos de bens à autarquia socialista. A Operação Dennis levou à detenção de cinco empresários, tendo sido constituídos arguidos o número dois da autarquia e uma chefe de divisão.

Foi através da sociedade do empresário de Vila Nova de Famalicão que foi vendido um carro eléctrico, importado de Itália, para os serviços urbanos da Câmara de Santo Tirso, numa adjudicação que teve como interveniente o vice-presidente desta autarquia e que está sob suspeitas de empolamento de preço para posterior distribuição de benefícios, apurou o Jornal Económico junto de fonte próxima ao processo.

Segundo a mesma fonte há suspeitas de "uma relação de promiscuidade muito grande" entre o vice-presidente da Câmara de Santo Tirso, Alberto Costa, e o empresário que é principal suspeito na Operação Dennis que foi desencadeada, nesta semana, no Norte do País pela PJ. Este empresário é dono de uma das principais empresas de plásticos em Famalicão, de uma *rent-a-car* e de uma imobiliária.

Na mira da justiça estão vários fornecimentos, nomeadamente de brindes publicitários, àquela autarquia por parte de uma empresa que, alegadamente, estará em nome de um "testa de ferro" que é o pai do principal suspeito desta rede fraudulenta de obtenção de fundos comunitários que foi desmantelada nesta semana. Ambos foram detidos, juntamente com outros três empresários.

A venda de um carro eléctrico, por cerca de 33 mil euros, pela empresa do principal suspeito à Câmara de Santo Tirso, foi realizada através de um processo de adjudicação cujo concurso os investigadores suspeitam ter sido simulado.

O vice desta autarquia, Alberto Costa, foi interveniente nesta operação por intermédio de uma chefe de divisão da autarquia, Maria Cacilda de Sousa. Segundo a PJ, esta é uma das situações que levou a buscas naquela autarquia socialista. Ambos os responsáveis camarários foram constituídos arguidos, não tendo a procuradora do Ministério Público do DCIAP acedido à pretensão da PJ do Porto da detenção de Alberto Costa para interrogatório judicial.

A procuradora terá considerado tratar-se de uma conduta "isolada" e que os valores do carro eléctrico (33 mil euros) é reduzido face aos milhões arrecadados pela rede de empresários.

Estas diligências ocorreram numa acção paralela à Operação Dennis que foi desencadeada nesta quarta-feira, 12 de dezembro, e que levou a buscas a uma dezena de empresas do Norte do país, por suspeitas dos cri-

mes de fraude na obtenção de subsídios comunitários, fraude fiscal qualificada e branqueamento. E à desarticulação desta associação criminosa que tinha já recebido das entidades competentes subsídios comunitários do 'Portugal 2020' no valor de 2,7 milhões de euros, recebidos por empresários de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Guimarães, Maia, Braga e Vila do Conde.

Empresa de mulher de autarca na mira de outro inquérito

Recorde-se que esta não é a primeira vez que a Câmara liderada por Joaquim Couto é envolvida em casos judiciais. A sua mulher, Manuela Couto, administradora da W Global Communication (antiga Mediana), foi uma das cinco pessoas detidas a 18 de outubro pela PJ no âmbito da Operação Éter que investiga a viciação de contratos no Turismo do Porto e Norte no valor de vários milhões de euros. Entre os detidos estão empresários ligados a dois tipos de prestação de serviços ao Turismo do Porto e Norte. Um diz respeito a serviços de marketing e publicidade, tendo Manuela Couto sido detida neste âmbito. A empresa em causa sucedeu à Mediana que chegou a ser detida por Joaquim Couto, eleito autarca pelo PS e antigo deputado pelo mesmo partido. Nesta investigação ao caso de favorecimentos a empresas no mega-inquérito ao Turismo do Porto e Norte, estão em causa suspeitas de adjudicações a empresas de amigos, tráfico de influências e uso indevido dos recursos públicos, envolvendo meia centena de autarquias e militantes do PSD e do PS.

Já na Operação Dennis, em comunicado, a Câmara de Santo Tirso confirmou ter sido alvo de buscas. A autarquia garantiu que foi prestada à PJ "a sua total colaboração, disponibilizando toda a documentação solicitada", salientando que o município se "tem pautado pelo respeito escrupuloso da lei, elevando a importância da informação e transparência para com os munícipes no âmbito dos procedimentos de aquisição de bens e serviços". ●



VENDA DE CARRO ELÉTRICO A AUTARQUIA SOB SUSPEITA

Foi através da sociedade do empresário de Vila Nova de Famalicão, principal suspeito da rede de fraude com fundos da UE, que foi vendido um carro eléctrico, importado de Itália, para os serviços urbanos da Câmara de Santo Tirso. A adjudicação está sob suspeitas de empolamento de preço para posterior distribuição de benefício.

CANDIDATURAS A FUNDOS COMUNITÁRIOS

As candidaturas da alegada rede fraudulenta de empresários somaram cerca de 35 milhões de euros. Em causa estão candidaturas a fundos do 'Portugal 2020', nomeadamente a fundos para a internacionalização e modernização industrial.

33 mil euros

Valor da viatura foi considerado reduzido face aos milhões arrecadados pela rede de empresários. Foi um dos argumentos para procuradora do MP não deter Alberto Costa.

35 milhões

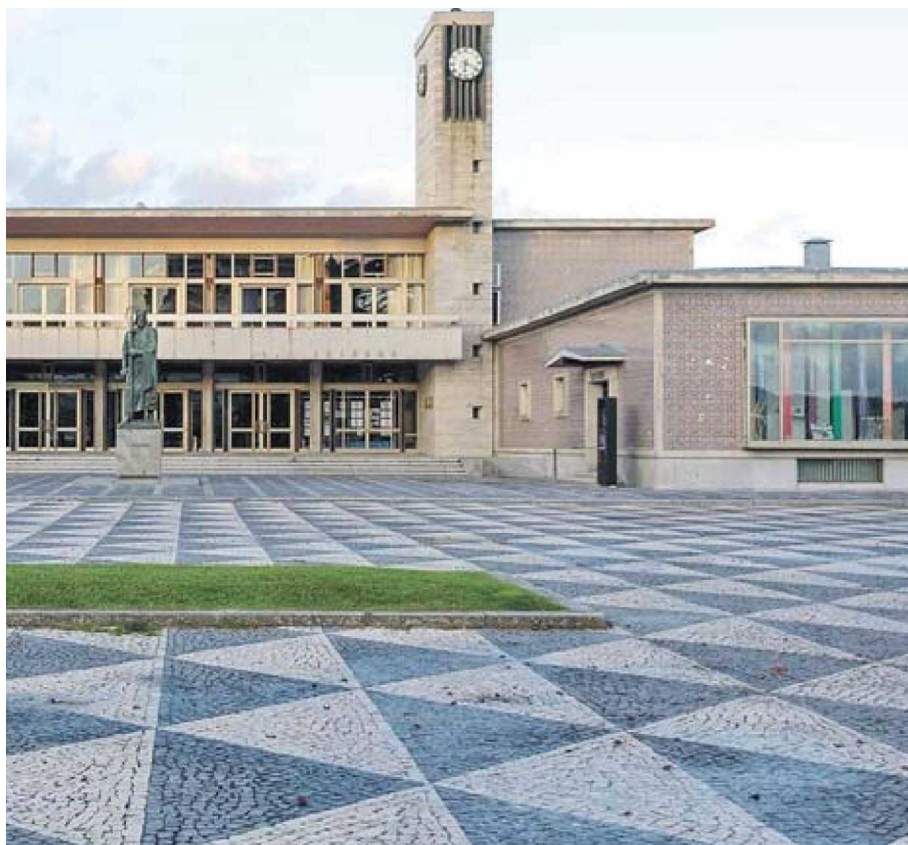
De acordo com as autoridades, para apresentarem estas candidaturas, empresários criaram sociedades fantasma, o que teve como finalidade a emissão de faturação fictícia.



JOAQUIM COUTO
Presidente da Câmara de Santo Tirso



ALBERTO COSTA
Vice-presidente da Câmara de Santo Tirso



VALOR DE FUNDOS DA UE APROVADOS

As candidaturas da alegada associação criminosa desmantelada nesta semana, somaram cerca de 35 milhões de euros. Deste valor, 57% tinha há sido aprovado pelas respetivas entidades, num valor superior a 20 milhões de euros.

20 milhões

Rede terá alegadamente criado um conjunto de sociedades comerciais, com o recurso a "testas de ferro", visando ocultar os verdadeiros administradores e despistar eventuais fiscalizações posteriores.

VALOR ARRECADADO POR ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA

Até esta quarta-feira, 12 de dezembro, quando foi desencadeada a 'Operação Dennis', a alegada associação criminosa tinha recebido das entidades competentes subsídios num valor de cerca de três milhões de euros.

2,7 milhões

Operação da PJ era para ser realizada no início do ano, mas teve de ser antecipada antes que a alegada rede fraudulenta recebesse novos montantes de subsídios da UE.

CRÉDITOS FISCAIS RECEBIDOS PELO ESTADO

Este grupo de sociedades terá obtido ainda um crédito fiscal de cerca de dois milhões de euros. Relativamente ao IVA e IRC, com o circuito fechado de faturação presumivelmente fictícia.

1,9 milhões

Com emissão de faturação fictícia entre essas sociedades comerciais, rede de empresários visou aumentar de forma substancial o valor do IVA a receber do Estado e evidenciar um volume de negócios que não correspondia ao real.